

(...) Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático. (...) Não permitirei que o Ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos; em meu Governo, todos, absolutamente todos os ministros e dirigentes de empresas públicas terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.

Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classes, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem comum, a proteção dos interesses maiores da nação. Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social, não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado.

(...) Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se, nos últimos tempos, os casos em que milhares de pessoas — cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro — foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam



administrados de forma tão criminoso, sem que os responsáveis recebam exemplar punição.

(...) É fundamental que cada ministro, na sua área de atuação — seja nos órgãos da Administração direta, seja nas empresas vinculadas ao ministério — verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O Governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses, os ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas. E, uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro do esquema de trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as prioridades para a sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de empregos e melhor distribuição de renda. Enquanto não for realizado este trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu Programa de Governo, a ordem é a seguinte: **É proibido gastar.**

(...) Reconheço no lucro o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasião. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade, evitando remarcações de preço no presente baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao Governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos. Vamos somar as nossas forças, cabendo ao Governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento.

(...) Existem diversos tipos de mordomias. Existe aí a mordomia que assegura o padrão, vamos dizer, "alimen-

tar" de funcionários graduados. Essa nós podemos acabar com ela de imediato. Quem quiser beber bem, comer bem, que o faça às suas custas. O Estado é que não pode de maneira nenhuma assegurar a mordomia alimentar a seus funcionários graduados. Já na mordomia da residência o problema é mais complexo. Porque, em primeiro lugar, se colocarmos em hasta pública todos os imóveis oficiais ou entregues a uso de funcionário público em Brasília, nós não encontraremos aqui nem mercado para absorvê-los. No tocante à mordomia de moradia, ninguém vai ter mais casa de graça. Até que uma comissão de estudiosos procure dar a melhor orientação para o destino dessas casas, os que vierem a ocupá-las terão que pagar o aluguel correspondente.

(...) O problema é, realmente, extremamente delicado, e toda a sua pergunta poderia resumir-se numa única tese: como conciliar o combate à inflação com a retomada do desenvolvimento econômico? É realmente, uma operação difícil, mas ela tem que ser tentada e tem que ser levada a efeito. Com relação ao nosso panorama social, é óbvio, e todos sabem disso, que ele é realmente o desafio mais grave que temos pela frente. Nós temos que, realmente, estudar maneiras de suavizar o sofrimento do povo, não só no campo da casa própria, no campo da melhoria das condições de vida do povo através de uma política de saneamento, mas, sobretudo e principalmente, uma política de saúde pública e de alimentação do nosso povo. Os programas que estamos elaborando já foram estudados também por setores técnicos e serão levados a efeito dentro das possibilidades do erário nacional.

(...) Todas as vezes que pudermos reajustar o salário do trabalhador até aquele limite em que ele não ultrapasse a faixa vermelha da inflação, nós o faremos e o faremos com o coração em festa. Mas não vamos iludir o trabalhador, dando a ele falsos salários, salários meramente numéricos, que vão sempre tendo, com o crescimento da inflação, cada vez menos poder aquisitivo. O problema salarial do Brasil está, por conseguinte em consequência do saneamento da economia nacional.

**LVF — Em resumo, demitir gente, cortar quadros de funcionários e reduzir folhas de pagamento. Se o senhor ficar convencido de que isso é necessário, em nome do combate à inflação, o senhor estará firmemente decidido a tomar medidas como estas?**

O controle dos gastos públicos no Brasil é fundamental a qualquer combate à inflação. Se o Governo não tiver condições e não tiver autoridade para conter os gastos públicos, quer na administração direta, quer na indireta, ele já começa a lutar contra a inflação derrotado. Não desejo e não tenho nenhum espírito de revanchismo, nenhum espírito de punição, nenhum espírito de exacerbar as condições de vida num País em que o desemprego já é, realmente, um flagelo. Mas, tudo aquilo que for necessário para combater a inflação e recuperar as forças da economia brasileira será feito, custe o que custar.

As observações e afirmativas acima reproduzidas estão entre as últimas que Tancredo Neves chegou a fazer. Ele as fez no auge de sua carreira, no momento em que ia assumir a Presidência da República com o apoio (e a esperança) do país inteiro.

Tancredo havia deixado para trás as roupagens do candidato, para tomar claramente e plenamente as responsabilidades de Chefe do Governo. Suas palavras devem ser lembradas porque representam uma lição de coragem política, de seriedade, de desprendimento e de noção do dever a ser cumprido. Não há nelas mineirice, nem matreirice; há a determinação e a visão do estadista.

Hoje, ausente Tancredo, há quem diga que o Presidente Sarney só conseguirá governar se puder ampliar suas bases políticas e sua sustentação popular. Talvez. A verdadeira questão, entretanto, está em saber como ele pode conseguir isso. Contrariando o duro mandato, o severo legado de Tancredo?

O caminho das concessões e das facilidades (que já começa a desenhar-se) pode parecer o mais suave e até o único possível, diante das pressões tão violentas e diversas que cercam o Presidente, ainda inseguro das suas forças: greves, reivindicações, cobranças, chantagens políticas. Na verdade, entretanto, Sarney só tem um caminho para crescer aos olhos da opinião pública e do povo inteiro, para ganhar a autoridade, o prestígio e o respeito que precisa ter um Presidente da República numa hora de profunda crise como a de agora.

Esse caminho é o que o próprio Tancredo ia tomar, se o destino não tivesse interrompido os seus passos.